

Introdução – Dossiê

Patrimônios culturais: o imaterial como potência

Sara Morais
Alessandra Ribeiro

Patrimônios culturais: o imaterial como potência

Sara Moraes

Departamento de Antropologia/UnB

<https://orcid.org/0000-0003-1490-1232>

sarasmoraes@gmail.com

Alessandra Ribeiro

Grupo OLHO/Unicamp

<https://orcid.org/0000-0002-4329-0242>

alejongo@gmail.com

“As tintas são fundamentais para a preservação do patrimônio material como a comida é essencial para a salvaguarda do patrimônio imaterial”.
Mestre Gil (Jongo de Piquete-SP)

O debate sobre patrimônio cultural no Brasil muito se beneficiou da implementação, com a publicação do Decreto 3.551/2000, da política de reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial. Os últimos 26 anos viram crescer uma quantidade extraordinária de trabalhos sobre o patrimônio cultural imaterial (PCI). Impulsionados por uma política estatal que nascia nos anos 2000, com forte inspiração pluralista e cidadã, advinda dos acalorados debates que culminaram no texto da Constituição Federal de 1988, diversos estudos, escritos e reflexões sobre o tema foram produzidos nos mais variados contextos de produção de conhecimento, potencializando ainda mais o seu alcance. De fato, de acordo com Carvalho e Gonçalves (2024, p. 9), a promulgação da CF/88

trouxo ao ordenamento jurídico nacional inovações importantes ao prever, pela primeira vez nas Constituições brasileiras, a garantia do pleno exercício dos direitos culturais e a proteção das manifestações culturais de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nomeadamente das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

É notável como a implementação dessa política de preservação engendrou um campo de debate que adentrou universidades e outras tantas instituições de produção de conhecimento e de elaboração de políticas públicas, extrapolando os objetivos específicos da atuação do Iphan. De fato, a publicação do referido decreto – que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – e sua implementação complexificou o campo (de reflexão e de ação) patrimonial ao introduzir novos atores e mediadores, aumentando, consequentemente, as tensões e abrindo novas possibilidades e perspectivas a processos de reconhecimento pelo Estado.

A antropóloga Regina Abreu, em artigo em que reflete os dez anos de publicação da Convenção de 2003 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), aponta que

a categoria “patrimônio” em seu sentido expandido parece trazer novo conforto às culturas e civilizações, como antídoto à lógica homogeneizadora da hegemonia neoliberal que iguala continentes inteiros em seus mais variados regimes políticos e ideológicos à mesma sede de desenvolvimento e consumo. (Abreu, 2014, p. 16)

Transcorrida mais de uma década desde esta reflexão, concordamos que ela ainda tenha ressonância. A implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial pela Unesco em 2003 foi ratificada por mais de uma centena de países e vem contribuindo não somente para uma ampliação da compreensão sobre preservação cultural, mas sobretudo para o acesso de grupos excluídos de processos oficiais de construção nacionais a políticas de salvaguarda. Parece-nos, porém, que detentores, pesquisadores e técnicos estão se tornando mais críticos em relação aos efeitos dessa política. Os contextos nos quais os bens culturais patrimonializados se reproduzem estão cada vez mais complexos, e as dinâmicas sociais nas quais as ações patrimoniais são inseridas têm revelado dimensões pouco abordadas pelas instituições de implementação de políticas culturais com foco no patrimônio.

Se a noção de patrimônio imaterial trouxe conforto, conforme apontou Regina Abreu (2014), a dimensão econômica dos bens culturais patrimonializados tem trazido desconforto, conforme aponta Sandroni (2021). O autor afirmou que “seria difícil negar que o valor econômico é algo intrínseco a muitos itens reconhecidos, candidatos, ou ‘candidatáveis’ ao reconhecimento patrimonial”

(2021, p. 499). Por meio da ideia de desconforto patrimonial (ou *heritage embarrassment*, conforme propôs o antropólogo Michael Herzfeld, 2014), busca-se compreender os bens reconhecidos a partir de duas perspectivas valorativas: 1) perspectiva patrimonial (o que o autor denominou de relevância histórico-identitária/valor histórico-identitário); 2) valor venal (valor de compra e venda). O desconforto surge em situações em que o valor venal aparece com muita ênfase nas candidaturas de expressões culturais como patrimônios culturais. Sandroni argumenta, nesse sentido, que

os exemplos do samba e do forró mostram que sucesso comercial e valorização histórico-identitária não são incompatíveis; mas é bastante claro, também, que há perspectivas distintas sobre o valor de manifestações musicais. A abordagem patrimonial (tanto em termos brasileiros, como internacionais) privilegia perspectivas histórico-identitárias; mas isso se dá em meio a frequentes tensões com outras perspectivas de valorização dos mesmos “bens culturais” – que sob outro ângulo podem ser vistos, por exemplo, como “produtos”. (Sandroni, 2021, p. 497-498).

Embora não explícita nas análises contidas nos textos deste dossiê, essa problemática pode ser apreendida de forma latente em muitos deles. A proposta desta publicação tinha como objetivo principal, na sua chamada para submissão de artigos, a produção de conteúdo crítico e criativo, por meio de reflexões de pesquisadores especialistas em temas relativos a expressões culturais classificadas como patrimônio cultural, seja por meio de práticas institucionais, seja a partir de perspectivas dos próprios sujeitos praticantes. Concordamos com Chuva (2020, p. 28) quando afirma:

Como todo campo de conhecimento, também o campo do patrimônio constitui-se com base no conhecimento técnico especializado, montou uma rede de agências de formação e consagração desses profissionais. Não se trata de deslegitimar tal conhecimento, mas de transformá-lo a ponto de aceitar a presença de outros saberes que podem confrontá-lo (Oliveira, 2009). Nessa perspectiva, ganha legitimidade a compreensão de patrimônio como processo – mais condizente com o neologismo *patrimonialização* – inserido em um campo de lutas e negociações, resultado de consensos instáveis. Deve-se a isso também a sua mais clara aproximação com os debates sobre o direito à memória e às políticas de reparação.

O resultado final a que os leitores terão acesso é de um conjunto ímpar de reflexões sobre o patrimônio cultural no Brasil, em que iniciativas práticas se enredam com análises teóricas. Após 26 anos da criação da política de salvaguarda

do patrimônio imaterial, a produção que aqui reunimos espelha o tempo de amadurecimento da política e do envolvimento dos diversos sujeitos nela implicados. As discussões contidas nos textos permitem, portanto, uma avaliação crítica dos pressupostos de implementação de uma política que, depois de mais de duas décadas, precisa se renovar para enfrentar todos os desafios colocados pelos detentores dos bens culturais. O conjunto de peças aqui reunidas, apesar de heterogêneo, permite-nos compreender dinâmicas comuns bastante atuais do campo do patrimônio cultural, seja pelo viés acadêmico, seja pela reflexão concentrada na implementação da política pública de salvaguarda no Brasil.

Uma publicação produzida pela Unesco em 2011 e divulgada em seu website, intitulada *What is Intangible Cultural Heritage?* (O que é Patrimônio Cultural Imaterial?), apresenta o patrimônio imaterial da seguinte forma:

Embora frágil, o patrimônio cultural intangível é um fator importante para manter a diversidade cultural diante da crescente globalização. Uma compreensão acerca do patrimônio cultural intangível de diferentes comunidades ajuda no diálogo intercultural, e incentiva/encoraja o respeito mútuo por outros estilos de vida.

A importância do patrimônio cultural imaterial reside não na manifestação cultural em si, mas sim na riqueza de conhecimentos e habilidades que é transmitida através dela de uma geração para outra. O valor social e econômico desta transmissão de conhecimentos é relevante para grupos minoritários e para os principais grupos sociais dentro de um Estado, assim como é importante tanto para Estados em desenvolvimento como para os desenvolvidos. [tradução nossa]

Nos últimos anos, avolumaram-se os estudos que buscam refletir sobre esse paradigma salvacionista contido na ideia de salvaguarda do patrimônio imaterial. Não por acaso, alguns autores têm analisado esse fenômeno por meio da via do patrimônio como passível de múltiplas interpretações (Gonçalves, 2003; Loumpet, 2026), do patrimônio enquanto categoria de pensamento (Gonçalves, 2003) e da “inflação” de significados patrimoniais (Heinich, 2018). Nos fóruns internacionais promovidos pela Unesco – cujas deliberações influenciam em grande medida os discursos nacionais – acredita-se que o processo de intensa globalização e modernização contribua para extinguir práticas culturais tradicionais que se transmitem a cada geração, geralmente por meio da oralidade. Tratando esse problema como uma máxima de atuação, a Unesco teria fabricado, segundo Hafstein (2018), um novo sujeito coletivo (ou seja, a Humanidade) e encorajado atores ao redor do planeta a se identificarem com essa comunidade imaginada e a se sentirem responsáveis pelo bem-estar comum, cuidando do patrimônio que pertenceria a todos.

Esse discurso, embora veiculado pela Convenção, não era novidade em muitos espaços que passaram a implementar políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial. O termo globalização, bastante difundido a nível global, está longe de ser unívoco, incontestável ou evidente. Trajano Filho (2012, p. 25-26) discute a questão nos seguintes termos:

Ouvimos e lemos diariamente que vivemos na era da globalização. Este chamado parece querer dizer que ultrapassamos definitivamente o tempo em que prevalecia o aprisionamento das localidades. O nosso tempo seria marcado pelos fluxos de gente, capital, mercadorias, símbolos e valores que nos libertam das teias locais de interação e dos laços de reciprocidade e solidariedade circunscritos pelo espaço físico. O tempo passado [...] seria caracterizado pela quase total ausência de fluxos de longo alcance, pela repetição tediosa e pelo ritmo lento dos afetos face a face. Entre nós, ao contrário, a revolução contemporânea nas tecnologias de comunicação e de transporte ancoraria uma verdadeira abolição da territorialidade [...]. Nada mais enganoso que isto. Os críticos da globalização notam que o acesso a essas novas tecnologias é desigualmente distribuído e que o mundo em fluxo mantém e intensifica uma continuidade com o passado no que diz respeito à produção de desigualdades em escala global.

Muitos atores, incluindo não somente agentes estatais, mas os próprios detentores de muitas expressões culturais patrimonializadas (Morais, 2024), reproduzem o discurso segundo o qual o patrimônio imaterial está ameaçado de extinção quando em contato com práticas homogeneizantes que circulam pelo mercado global de informações e produtos. Essa perspectiva associa o desmoronamento da vida de povos e suas práticas sociais “tradicionais” a visões globais da hegemonia ocidental (Sahlins, 1997). Os autores deste dossiê não caem nessa armadilha. Pelo contrário, concentram-se com esmero em seus casos de análise, reforçando a potência do patrimônio cultural – em sua dimensão imaterial – a despeito dos inúmeros desafios para a sua continuidade material.

O DOSSIÊ

Abrindo o dossiê, republica-se o artigo *Matriz com leite? Samba, forró e o desconforto patrimonial na música popular*¹, de autoria de Carlos Sandroni, professor do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e um dos principais nomes da etnomusicologia brasileira contemporânea. Falecido em 2025, Sandroni se integrou, desde os primeiros movimentos, às políticas de patrimônio imaterial, as quais passaram a contar com a sua

1. Agradecemos a Rodrigo Ramassote, antropólogo e técnico do Iphan, pela sugestão de republicação deste excelente texto no dossiê.

presença ativa e contribuição reflexiva, sem falar de traços de ordem pessoal, dos quais sobressaíam a afabilidade e o espírito construtivo. Sua participação em diferentes processos de registro, assim como a publicação de artigos e capítulos de livro dedicados à temática do patrimônio cultural, forneceu sugestivos aportes e encaminhamentos para debates centrais dessa área de atuação e investigação.

Originalmente publicado no volume *Em defesa do patrimônio cultural: percursos e desafios* (2021), organizado por Márcia Sant’Anna e Hermano Queiroz, o artigo discorre sobre certos dilemas e acomodações implicados no processo de patrimonialização de gêneros musicais que, ao mesmo tempo, reputam de amplo sucesso popular e comercial e forte apelo histórico-identitário como emblemas da nação. Aclimatando o conceito de “desconforto patrimonial”, cunhado por Chiara Bortolotto, Sandroni acompanha o andamento das candidaturas e as reconfigurações das propostas pelas quais passam os processos de registro do Samba de Roda do Recôncavo Baiano [atualmente Samba de Roda do estado da Bahia] e das Matrizes Tradicionais do Forró, evidenciando as manobras e estratégias de mobilização que buscaram, entre outras, delimitar o recorte do bem cultural e atenuar os efeitos do referido desconforto. Pela argúcia e pela sofisticação argumentativa, e também como homenagem ao legado intelectual de seu autor, consideramos mais que oportuna a reimpressão do artigo aqui.

Caio Csermak é o autor do artigo *Os mercados múltiplos e os patrimônios de Cachoeira, Bahia: samba, candomblé e caruru*. A discussão proposta é singular e evidencia que a crescente relação de praticantes de manifestações culturais tradicionais e adeptos de religiosidades populares com o campo das políticas culturais e das instituições de cultura não apenas amplia oportunidades econômicas, mas também reconfigura os modos locais de organização de festas, celebrações e eventos tradicionais. Nesse contexto, práticas culturais como o samba e o candomblé passam a integrar cadeias produtivas vinculadas à oferta de bens e serviços direcionados ao consumo de produtos associados à tradição afro-brasileira. Ao mesmo tempo, tais manifestações preservam rituais iniciáticos, celebrações domésticas e dinâmicas comunitárias fundamentadas em lógicas cosmológicas próprias, reafirmando formas locais de sociabilidade, ancestralidade e pertencimento. Dessa maneira, observa-se um movimento simultâneo de inserção dessas práticas em circuitos econômicos e institucionais mais amplos e de manutenção de seus fundamentos simbólicos e comunitários. Assim, elementos culturais e cosmológicos oriundos desses contextos tradicionais são continuamente mobilizados nas relações estabelecidas com diferentes mercados e políticas de patrimonialização cultural. O autor parte de uma discussão sobre mercados e economia para identificar e complexificar a noção de “economia do axé” proposta por Carvalho (2011). Analisando diversas práticas de mercado em Cachoeira, defende que essa diversidade é central para compreender as relações sociais e muitas dimensões da vida local.

Luciana Carvalho, no artigo *“Tudo que tem nome existe”: pesquisadores, encantados e outros entes nos inventários de duas festas maranhenses*, explora com

rigor e sensibilidade dimensões que vêm sendo cada vez mais discutidas por antropólogos dentro e fora da academia. Com larga experiência como pesquisadora no campo do patrimônio cultural imaterial, Carvalho reflete, a partir de duas experiências distintas de realização de inventários, os modos – muitas vezes dissonantes – como praticantes das festas em causa (Bumba-meu-boi e Festa do Divino) se relacionam com a “gramática patrimonial ancorada na noção de bem cultural” (p. 97). A posição de mediação dos pesquisadores em relação a brincantes e técnicos das instituições estatais, nesse sentido, é bastante delicada, pois pode frustrar expectativas de ambos; seu papel, enquanto responsáveis pela condução de pesquisas cujo objeto é subsidiar dados para a construção de políticas públicas, implica em “equacionar mandamentos formais-legais e princípios teórico-metodológicos trazidos de sua formação com as lógicas locais que regem as celebrações tomadas como objetos de pesquisa” (p. 99). Embora a autora se volte à reflexão sobre a realização de dois inventários no início dos anos 2000 e, portanto, no início da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, sua contribuição analítica é muito pertinente e nos permite apreender os meandros relacionais de um procedimento que é fundamental para a compreensão sobre processos de patrimonialização no Brasil.

Clubes, sujeitos e patrimônios imateriais negros: um relato de experiência do Memorial da Associação Satélite Prontidão – ASP (2022–2025), assinado por Gabriel Gonzaga, Jane Mattos, Ágatha Rolim, Ana Carolina dos Santos e Sônia de Oliveira, apresenta, por meio de uma narrativa envolvente e implicada, uma discussão que expõe a centralidade da materialidade do patrimônio imaterial, este “sendo acionado e representado por meio do acervo” (p. 122). O relato é sobre as ações realizadas por membros do clube social Memorial da Associação Satélite Prontidão (ASP) para a manutenção da memória da população afro-gaúcha. São descritas no texto diversas frentes de atuação do clube (tais como departamento de acervo e pesquisa, museu, biblioteca comunitária, entre outras), que antecederam a criação do Memorial. Trata-se de um aporte inestimável para a compreensão dos processos de construção da memória e história negras no Rio Grande do Sul, sem a qual não se pode entender o contexto de localização dos grupos sociais negros como patrimônios culturais imateriais. Além disso, “estar em um espaço patrimonial negro, forjado pela comunidade, possibilita articular trajetórias pessoais, afetos e referenciais em uma prática educativa engajada” (p. 133).

A educação patrimonial é o mote do segundo relato de experiência, de Ana Carolina Lima. Por meio da descrição de duas atividades educativas para um público infantil, a autora defende esse campo da ação patrimonial como “um processo dinâmico, inclusivo e transformador” (p. 143). O texto oferece aos leitores um breve histórico dos fundamentos da educação patrimonial no Brasil, enfatizando como uma abordagem contemporânea dessa perspectiva pedagógica de apreensão do patrimônio cultural é fundamental para a construção de conhecimentos sobre os bens culturais, para a promoção de uma visão

crítica e para o surgimento de atitudes de valorização e preservação. As duas experiências narradas, ambas em São Paulo, permitiram ampliar a percepção dos envolvidos a respeito da noção de patrimônio cultural, na medida em que incentivou a sua participação ativa a respeito das memórias e dos espaços de imigração portuguesa e italiana para a cidade.

Em *Brilhos, cupins e memórias: (i)materialidades com bois de mamão em Florianópolis*, Guilherme Laus explora o universo de dois grupos de bois em Santa Catarina e as diferenças entre eles, que revelam distintas formas de acesso à memória e a recursos de diversas naturezas. Por meio de uma descrição centrada nas narrativas de cada grupo e dos seus personagens (*bichos*), o autor descreve aspectos da estrutura ritual da brincadeira, a composição dos grupos, suas estratégias de reprodução etc, mostrando como se realizam enquanto patrimônio cultural na capital catarinense. Propõe, ainda, uma reflexão sobre o atual campo da cultura popular no Brasil e uma leitura sobre materialidades do patrimônio imaterial.

Letícia Vianna, em *As relações delicadas nos mares do Sul do Brasil: a parceria entre botos-da-tainha e pescadores de tarrafa*, analisa o fenômeno da pesca da tainha por pescadores de tarrafa, com auxílio de uma espécie específica de botos. A pesquisa que produziu os dados discutidos no texto foi realizada no âmbito da instrução do processo de reconhecimento da “Pesca com Botos do Sul do Brasil”, registrado em março de 2026 no Livro dos Saberes. A autora apresenta, logo nas primeiras páginas do artigo, uma questão fundamental a ser enfrentada ao lidar com esse bem cultural: trata-se de incorporar ao campo semântico do patrimônio cultural termos definidores da relação entre seres na atividade aludida (tainhas, pescadores, boto), tais como mutualismo, relação interespecífica, comunicação cinésica, entre outros. Tal cenário evidencia a complexidade dos processos contemporâneos de patrimonialização e os desafios impostos às instituições, às políticas públicas e às práticas de preservação cultural e ambiental. Além de descrever com riqueza de dados a prática da pesca propriamente dita, Vianna levanta um problema de ordem epistemológica: “O desafio maior que se apresenta no âmbito da pesca artesanal com botos, nesse século XXI, é o exercício do relativismo [...] como se dá a relação entre indivíduos das diferentes espécies em torno da pesca. O que leva, inexoravelmente, à crítica ao antropocentrismo nas ciências modernas” (p. 196). Nesse contexto, torna-se necessário o desenvolvimento de instrumentos conceituais e metodológicos que, até então, eram pouco mobilizados nos estudos patrimoniais. Assim, impõem-se a adoção de abordagens interdisciplinares e o esforço em direção à transdisciplinaridade, capaz de integrar diferentes áreas do conhecimento na compreensão das múltiplas relações entre cultura, natureza e sociedade. Destacamos nesse artigo a discussão sobre memória e transmissão, que muito pode contribuir para o campo da antropologia em interface com o patrimônio cultural.

Em *A gênese constitucional do patrimônio imaterial - entrevista com Joaquim Falcão*, Yussef de Campos explora o papel desempenhado por um importante intelectual brasileiro para a inclusão da categoria patrimônio imaterial no anteprojeto constitucional produzido pela Comissão Afonso Arinos. Em tom descontraído, entrevistador e entrevistado conversam sobre Afonso Arinos, Aloísio Magalhães e a Fundação Nacional Pró-Memória, perspectivas sobre o patrimônio cultural brasileiro, as tensões envolvendo o primeiro tombamento de terreiro de candomblé pelo Iphan, além dos bastidores e do contexto social e político que permitiu a configuração da comissão em causa.

No provocativo *A (in)sustentabilidade na política de salvaguarda do patrimônio imaterial: apontamentos para uma avaliação do macroprocesso Apoio e Fomento*, Rafael Klein, na sua posição de técnico do Iphan – com formação em História –, expõe e descreve uma problemática estimulante. O autor se debruça de forma precisa sobre textos de algumas das principais normativas de salvaguarda produzidas pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan, em especial as portarias 299/2015 e 200/2026, para analisar de que forma a política tem implementado (ou não), na prática, ações de salvaguarda por meio da gestão compartilhada. Outro ponto fulcral da argumentação é a questão da insustentabilidade, ou seja, que a política de salvaguarda, cujo objetivo é promover a sustentabilidade cultural dos bens registrados, acaba por não a garantir. Um dos problemas é que “o número de bens registrados tem aumentado progressivamente ao longo dos anos, porém o investimento orçamentário na salvaguarda dos bens registrados não tem acompanhado esse ritmo na mesma proporção” (p. 246). Por meio de casos concretos e de uma perspectiva positivamente crítica, Klein nos alerta sobre o risco de a política de salvaguarda do patrimônio imaterial se tornar meramente declaratória, como o são os processos de reconhecimento legislativo. O autor sugere que nos detenhamos nas especificidades do cenário atual, pois ele é muito diferente do que há duas décadas, em que havia menos bens reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil.

O artigo de Marcelo Cardoso de Paiva, *Do Pelourinho ao Carnaval: o legado de Gilberto Gil no Ministério da Cultura*, descreve a trajetória do músico baiano antes do seu exercício como ministro de Estado. O autor defende que a vida artística e a vida política de Gil são indissociáveis, demonstrando por meio dos períodos mais marcantes da história do artista o entrelaçamento de sua atuação em movimentos musicais vanguardistas no Brasil, como o tropicalismo, e suas atividades políticas variadas. É particularmente estimulante a discussão proposta sobre como a experiência de Gil no exílio – “com outras estéticas musicais, com a luta antirracista e com a realidade histórica da descolonização dos países africanos” (p. 274) – teria provocado um reposicionamento das suas percepções sobre pertencimento, mestiçagem e cultura afro-diaspórica. A sua participação como membro da comissão brasileira no II Festac (World African Festival and Culture), realizado em Lagos, Nigéria (1977), é destacada como um desses momentos fulcrais da trajetória do artista, cujas reverberações

políticas podem ser identificadas nas suas ações voltadas ao patrimônio cultural brasileiro durante sua gestão como ministro da Cultura, mas não só. Se pudéssemos resumir o argumento do autor, diríamos que, no caso de Gil, política e poética são faces de uma mesma moeda.

Ancorado na trajetória de Agostinho Rosa da Silva e a tratando como “espaço de tensão”, Gabriel Luz de Oliveira nos oferece uma leitura sofisticada sobre as ambiguidades, contradições e limitações de políticas patrimoniais em contextos envoltos por desigualdades. O artigo, intitulado *Entre a memória celebrada e a prática inviabilizada: o tropeirismo na encruzilhada da patrimonialização*, apresenta uma análise construída a partir de fontes diversas acerca de práticas tropeiras em diferentes momentos do século XX em Ouro Preto. Processos de urbanização, industrialização e modernização são interpretados à luz da experiência individual de Agostinho, “operador capaz de condensar processos históricos mais amplos” (p. 301). Na metade do século XX, com o desenvolvimento de políticas patrimoniais capitaneadas pelo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), um projeto de reabilitação de tropas de muares buscou realocar práticas tradicionais ao universo do patrimônio cultural tombado. O autor é crítico à abordagem objetificadora da prática tropeira produzida por este projeto, principalmente pelo modo como ela foi despolitizada. O artigo nos brinda com elementos essenciais para que complexifiquemos o binômio material versus imaterial, e nos ajuda a observar processos de patrimonialização por vias não usuais (mas extremamente frutíferas).

Para finalizar, fechamos o dossiê com a publicação do fascinante ensaio fotográfico *Farinhas: os engenhos, a farinha e as mãos do Sertão do Ribeiro, Florianópolis – SC*, de Artur Hugo da Rosa. O autor, que produziu as imagens durante a fase de instrução técnica do processo de registro do bem cultural Saberes e Práticas Tradicionais Associados aos Engenhos de Farinha de Mandioca de Santa Catarina, busca ressaltar no ensaio “a potência do modo de fazer artesanal, o labor humano e a profunda conexão que o Brasil tem com a mandioca” (p. 325). As fotografias, além de alta qualidade estética, revelam gestos e movimentos corporais na interação com artefatos da cultura material e com a dinâmica do espaço.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: ressonâncias Norte e Sul. e-cadernos ces, v. 21, p. 14-32, 2014.

- BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 28 mai. 2026.
- CARVALHO, José Jorge de. A economia do axé: Os terreiros de religião de matriz afro-brasileira como fonte de segurança alimentar e rede de circuitos econômicos e comunitários. *In*: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Alimento: Direito Sagrado**. Brasília, DF: MDS, 2011. p. 37-74.
- CARVALHO, Luciana Gonçalves de e Gonçalves, Renata de Sá (org.). 2024. **Patrimônio cultural, museus e direitos coletivos de minorias**. Brasília: ABA Publicações, 2024.
- CHUVA, Márcia. “Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas”. *In*: DUARTE, Alice (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35, 2020.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.
- HAFSTEIN, Valdimar Tr. **Making Intangible Heritage. El Condor Pasa and Other Stories from UNESCO**. Bloomington: Indiana University Press, 2018.
- HEINICH, Nathalie. “A Fabricação do Patrimônio Cultural”. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, n. 32, p. 175-186, 2018.
- HERZFELD, Michael: Intangible delicacies: production and embarrassment in international settings. *Ethnologies*, Quebec, v. 36, n. 1-2, p. 47-62, 2014. DOI: <https://doi.org/10.7202/1037599ar>.
- LOUMPET, Germain. “As coisas das pessoas: o patrimônio de uns e de outros na patrimonialização da etnicidade nos Camarões e no Mali”. *In*: MORAIS, Sara (org.), **Patrimônio Cultural em Contextos Africanos: textos traduzidos**. Brasília: ABA Publicações, 2026.
- MORAIS, Sara. **O Palco e o Mato: o lugar das *timbila* no projeto de construção da nação em Moçambique**. Brasília/Rio de Janeiro: ABA Publicações/Telha, 2024.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI”. *Tempo*, 12 (23), p. 73-99, 2007.

SAHLINS, Marshall. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção (Parte I)”. *Mana*, 3(1), p. 41-73, 1997.

SANDRONI, Carlos. “Matriz com leite? Samba, forró e o desconforto patrimonial na música popular”. In: SANT’ANNA, Marcia e QUEIROZ, Hermano (orgs.). *Em defesa do Patrimônio Cultural: percursos e desafios*. Vitória: Editora Milfontes, 2021.

TRAJANO FILHO, Wilson. “A África e o Movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos”. In: DIAS, Juliana Braz e LOBO, Andréa de Souza (orgs.). *África em movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012.

UNESCO. *What is Intangible Cultural Heritage?* Paris: Unesco, 2011. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/what-is-intangible-heritage-00003>. Acesso em: 08 jun. 2026.